REVISTA
DO
INSTITUTO DO CEARÁ

Sob a direção de Carlos Studart Filho

COMISSÃO DA REVISTA

CLODOALDO PINTO
PLÁCIDO ADERALDO CASTELO
JOSA MAGALHÃES
JOSÉ DENIZARD M. DE ALCÂNTARA

TOMO LXXXVI — ANO LXXXVI

1972

Dedimus profecto grande
patientiae documentum

FORTALEZA — CEARÁ

INSTITUTO DO CEARÁ

Fundado em 4 de março de 1887

HISTÓRIA — GEOGRAFIA — ANTROPOLOGIA

SEDE SOCIAL — Rua Barão do Rio Branco, 1594

FORTALEZA — CEARÁ — BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO DE 1972-1974

Presidente de Honra	— MANUEL DO NASCIMENTO FERNANDES TAVORA
Presidente	— CARLOS STUDART FILHO
Vice-Presidente	— MOZART SORIANO ADERALDO
1.º Secretário	— MANUEL ALBANO AMORA
2.º Secretário	— GERALDO DA SILVA NOBRE
1.º Tesoureiro	— LUÍS CAVALCANTE SUCUPIRA
2.º Tesoureiro	— ANTÔNIO GOMES DE FREITAS
Oradores	— JOSÉ DENIZARD MACEDO DE ALCANTARA E JOÃO HIPÓLITO CAMPOS DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ANTONIO MARTINZ DE AGUIAR E SILVA
MISAEL GOMES DA SILVA
ANTÔNIO MARTINS FILHO
JOSÉ GUIMARAES DUQUE
JOAO BATISTA SARAIVA LEAO
JOSÉ AURELIO SARAIVA CAMARA

COMISSÃO DE ANTROPOLOGIA

JOSA MAGALHAES
FLORIVAL ALVES SERAINE
MANUEL EDUARDO P. CAMPOS
ZÉLIA SA VIANA CAMURÇA
OSWALDO DE OLIVEIRA RIEDEL

COMISSÃO DE HISTÓRIA

CLODOALDO PINTO
RAIMUNDO GIRAO
HUGO CATUNDA FONTENELLE
LUÍS TEIXEIRA BARROS
JOAO HIPÓLITO C. DE OLIVEIRA

COMISSÃO DE GEOGRAFIA

JOSÉ DENIZARD M. DE ALCANTARA
FRANCISCO ALVES DE A. E CASTRO
JOSÉ SOBREIRA DE AMORIM
PAULO BONAVIDES
JOSÉ PARSIFAL BARROSO

COMISSÃO DE REVISTA

CARLOS STUDART FILHO — Diretor
CLODOALDO PINTO
PLACIDO ADERALDO CASTELO
JOSA MAGALHAES
JOSÉ DENIZARD M. DE ALCANTARA

FINS DO INSTITUTO DO CEARÁ

O Instituto do Ceará, sociedade civil com sede em Fortaleza e fundada a 4 de março de 1887, tem por fim a cultura da História, da Geografia e da Antropologia do Brasil, especialmente do Ceará, e empenhar-se-á no desenvolvimento das letras em geral, no Estado.

Para preencher os seus fins o Instituto manterá:

a) — Intercâmbio cultural com instituições científicas, literárias, nacionais e estrangeiras;

b) — uma revista periódica, em que se publiquem trabalhos dos sócios e colaborações de estranhos;

c) — uma biblioteca e arquivo, em que se guardem e colecionem os papéis, documentos, livros, cartas geográficas, autógrafos, etc., obtidos pela sociedade ou a ela oferecidos;

d) — um museu antropológico;

e) — uma seção iconográfica.

Pede-se que acusem o recebimento desta revista.
Se ruega acusar recibo del presente numero.
Con preghiera di accusare ricevuta del presente numero.
On prie de vouloir bien accuser réception de cette revue.
Please acknowledge receipt of this exemplar.
Bitte, den Empfang dieser Zeitschrift zu besceinigen.
Petimus ut acceptionem nunties.
Oni petas konfirmi la ricevon.

Cipriano Barata o esquecido

LUÍS SUCUPIRA

Nas comemorações do sesquicentenário da nossa independência procurou-se destacar os seus numes tutelares, dando-se especial relevo aos vultos que mais se distinguiram no esforço patriótico de tornar o Brasil nação soberana, livre pátria de livres irmãos.

Era e é um justo meio para trazer ao presente aqueles que, no passado, tudo fizeram e a tudo se expuseram para que os brasileiros pudessem romper as cadeias da submissão a outro povo e entrassem a governar-se a si mesmos na procura da grandeza nacional.

Como sempre sucede nesses movimentos, porém, alguns nomes ficam esquecidos, menos por intenções malévolas do que pelo desconhecimento de fatos que justificavam viessem à tona esses arquétipos, considerados, talvez, de segunda ordem.

Isso ocorreu, por exemplo, na esfera das lutas jornalísticas pela consecução da Independência. Reverenciou-se como não devia deixar de ser reverenciada a memória do impoluto e sempre altaneiro Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, que, sozinho, à frente do "Correio Brasiliense", editado em Londres por estar impedido de fazê-lo em sua terra, preparou o ânimo dos brasileiros, de 1808 até 1822 para a máxima realização de sua vida política. Enalteceu-se ainda a ação nesse terreno de Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, Evaristo da Veiga, Carneiro de Campos e Frei Francisco Sampaio, nomes, aliás, sobejamente conhecidos e merecedores da admiração de quantos perlustram as páginas de nossa História. Mas ficou soterrado em lamentável esquecimento, pode-se dizer mesmo que completamente olvidado, um lutador que jamais esmoreceu nem fraquejou e que, por seus escritos e por seus ímpetos patrióticos, ao enfrentar os dominadores lusitanos ou seus delegados na época, sofreu perseguições, padeceu nos ergástulos, esteve sob ameaça de morte, andou errante pelo país e no estrangeiro, acabando, afinal, desprezado e esquecido, como simples mestre-escola numa triste rua da então vila de Natal, no Rio Grande do Norte.

Quero referir-me a Cipriano José Barata de Almeida, o trêfego e ardoroso combatente pela emancipação da nacionalidade e que, através de panfletos violentos e, depois, dirigindo jornalecos denominados pasquins, enfrentou os homens de governo seja antes seja depois de 1822.

Em 1821, "espíritos exaltados como Cipriano José Barata de

de Almeida e José Lino Coutinho, ainda no verdor dos anos, e no fogo das paixões, tornaram-se notáveis entre os principais conjurados pela veemência de linguagem" e pela decisão e arrojo com que dirigiam a opinião pública no sentido do movimento constitucionalista. — Rocha Pombo, HISTORIA DO BRASIL.

A todos esses atos (juramento da Constituição pelo Congresso de Portugal, em 30 de setembro e juramento pelo Rei D. João VI, em 1 de outubro de 1822) foram estranhos apenas sete deputados brasileiros: Diogo Feijó, Antônio Carlos, Costa Aguiar, Antônio Bueno (paulistas), BARATA DE ALMEIDA, Francisco Agostinho e Lino Coutinho (baianos). Protestaram contra a perfídia e violência das Cortes, não puderam mais ficar em Lisboa, e, conseguindo a custo dali sair, em um navio inglês, foram desembarcar em Falmouth, de onde explicaram a Portugal e à Europa, aquele tácito protesto que tinham feito. Ao ter conhecimento dessa retirada furtiva, o Congresso explodiu em despeito: eliminaram do seu seio aqueles díscolos, declarando-os expressamente — ex-deputados e ex-portugueses — ROCHA POMBO — idem.

Aliás, pode-se dizer que as manifestacões primeiras da imprensa em nosso País, logo que, a partir de 1821 puderam circular livremente os jornais, se fizeram sentir por meio de uma linguagem candente, mordaz e violenta, e mesmo insultuosa, em que os ataques pessoais, de mistura com injúrias e calúnias, representavam processos de vinganças de há muito recalcadas.

Como afirmou Gondim da Fonseca, era um jornalismo de malquerenças, no qual os bambas dos prelos, que apareceram em grande número, insultavam-se em latim ou mesmo no vernáculo, com uma linguagem que, ainda procurando ser moderada, admitia expressões grosseiras em que os termos cachorro, ladrão, assassino, pulha ou mentecapto se tornavam correntios.

Os próprios nomes desse jornalecos significavam de modo peremptório suas intenções e seu conteúdo, como fossem "A Malagueta", "D. Piriquito da Serra dos Órgãos", "O Macaco Brasileiro", "O Papagaio" etc.

E não era para admirar que assim se praticasse, pois o próprio Imperador Pedro I, que, como era sabido, custeava alguns jornais, neles escrevendo assiduamente, como sucedia com "O Espelho", embora com pseudônimos, entre os quais o de "Inimigo dos Marotos", assim se exprimia: "... o sr. João Soares Lisboa, que é ainda **Lisboa** no Rio — bem me entende o Bicudo, apesar de ser rombo — e testa de ferro desses atrapalhadores da Causa Brasílica. Faz bem em ser testa de ferro, porque a tem de... (burro), física e moralmente, basificado sobre alicerces de chumbo e de servilismo fernandista...".

Não será menoscabo afirmar que o aparecimento da atividade

panfletária concorreu, de certo modo, para que a nação entrasse a vibrar e a movimentar-se politicamente, porque, como já explicou o constitucionalista da Restauração burbônica, Royer Collard, a publicidade é uma espécie de resistência aos poderes estabelecidos, por lhes denunciar os desvios e os erros, e ser capaz de dar ganho de causa contra eles, fazendo triunfar a verdade e a justiça.

Compreende-se, assim, que, no grupo dos chamados pasquineiros nacionais, tenha ocupado lugar destacado, pela sua persistência, sua coragem física e moral, seu destemor e ousadia, o que lhe valeu a antonomásia de "agitador popular" o baiano Cipriano José Barata de Almeida, revolucionário, parlamentar, nacionalista, nascido na cidade de Salvador em 1762. Não era homem de poucas letras. Pelo contrário, naquela época de dificuldades para quem procurava adquirir cultura, apresentava ele diplomas de cirurgião e de bacharel em Filosofia e Matemática, obtidos na frequência da Universidade de Coimbra, obtendo essas graduacões em 1790.

Regressando ao Brasil, talvez animado pelos acontecimentos desenrolados na França de 1789, em vez de contentar-se na prática de seus conhecimentos de cirurgia e também da agricultura, que tentou desenvolver sob novos processos, meteu-se a conspirar contra a Mãe Pátria, participando da Inconfidência Baiana, em 1798. Isso lhe valeu denúncia assinada pelo Padre José da Fonseca Neves, enderecada diretamente à Rainha D. Maria I. Nesse papel era ele apontado como "homem infenso em todos os sistemas do alto decoro de v. M., pois não se envergonha de publicar as suas depravadas paixões entre os rústicos povos, já com palavras, já com escritos, feito um novo legislador".

Isso valeu a Cipriano Barata 13 mêses de cadeia, apesar da "nímia debilidade das provas".

Apesar do castigo e da triste situação em que ficou, apontado como inimigo da lei, de nada lhe valeu "essa purga no dilatado tempo da prisão", pois voltou a intrometer-se na Revolução de 1817, irrompida em Pernambuco, com ramificações na Bahia e também no Ceará.

Não se sabe por que empenhos, o certo é que alcançou escapar da masmorra a que foram recolhidos seus companheiros de intentona, embora ameaçado pelo próprio Conde dos Arcos de ter a cabeça cortada, ameaça que não o entibiou, visto como conseguia penetrar nas prisões em que mofavam seus companheiros, a fim de auxiliá-los no possível, e, com maior audácia, reunia pessoas amigas em sua casa no Aljube, a fim de conseguir delas meios para o sustento material dos encarcerados.

Quando rebentou em Salvador o movimento de fevereiro de 1821, lá estava no meio dos revoltados o destemido Cipriano Barata, contribuindo para a deposição do Governador Conde da Pal-

ma. O Visconde de Cairu, destacando-lhe a figura, diz que ele se apresentava "burlescamente armado à sertaneja, com espadão a tiracolo e cinco pistolas".

Em vez de pegar prisão, o que alcançou Cipriano Barata foi a aprovação popular, sendo eleito deputado pela Bahia às Cortes Constituintes de Lisboa, para onde viajou em dezembro de 1821.

Como era de esperar, fez-se logo notado entre seus pares pelos vigorosos discursos em favor das prerrogativas do Brasil que os deputados portugueses queriam fazer retornar às tristes condições de colônia.

Manteve-se ardorosamente na defesa dos direitos do seu país e, de tal modo, inconformado com os princípios imperialistas estabelecidos na Constituição de Portugal, que negava qualquer participação do Brasil no governo do Reino, negou-se a apor na mesma sua assinatura, regressando de imediato à Pátria, mesmo sem ter conseguido passaporte.

Desembarcou no Recife no dia 7 de outubro de 1822, por estar a capital baiana ocupada pelas forças de Madeira de Melo, sem saber, porém, que já havia sido proclamada a Independência.

No Recife iniciou Barata suas atividades panfletárias, chegando a assumir em princípo de 1823 a direção da "Gazeta Pernambucana", fazendo-se notado pelas suas atitudes de violência e destempero de linguagem, a ponto de ser apontado como "famigerado agitador, que deu às colunas do panfleto o tom rubro dos seus habituais exageros patrióticos". É bom de notar que era essa a opinião dos lusitanos que se tornavam alvo predileto da pena virulenta do jornalista.

No afã de exaltar mais ainda seus impulsos nacionalistas e tornar mais contundentes suas tendências oposicionistas e antilusitanas, decidiu-se Cipriano Barata a publicar um jornal inteiramente seu, a que denominou de "Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco" e que serviu de padrão para numerosos outros panfletos do mesmo tope e estilo, aparecidos no resto do País, inclusive no Ceará.

Realmente, aqui circulou em 11 de outubro de 1838, conforme anota o Barão de Studart em suas Datas e Fatos, o primeiro número da "Sentinela Cearense na Ponta do Mucuripe", tendo como redator principal o reputado médico e notável político dr. José Lourenço de Castro e Silva, que foi deputado federal nos biênios de 1838-1839, 1840-1841 e 1846-1847. José Lourenço não era da mesma bitola de Cipriano Barata no tocante ao espírito indomável e quase anarquista, mas dedicava ao agitador baiano indisfarçável simpatia, procurando seguir-lhe os passos, pois também andou envolvido em badernas e tendo mesmo pegado em armas, chegando a ser incluído em processo de rebeldia, do qual se livrou por meio

de uma anistia. E a prova dessa simpatia se atesta com a denominação que deu ao jornal que publicou, e que tinha por objetivo único combater a administração do capitão de engenheiros, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, oitavo Presidente da Província e que governou durante dois anos, de 1837 (16 de dezembro) a 1839 (15 de fevereiro). Saindo Sousa Melo, José Lourenço fechou a sua "Sentinela", que conforme afirmara em artigo de apresentação da folha, somente circularia enquanto ele governasse. Apesar de seu genio irrequieto e de suas exageradas convicções políticas, José Lourenço, que nasceu em Aracatí, filho do Major Manuel Lourenço da Silva e D. Maria do Carmo Sabina, por sua vez filha do Capitão Mór José de Castro Silva, era um grande democrata, na assertiva do Barão de Studart, que recorda a opinião do Senador Alencar a respeito dele: Não me envergonho de ser cearense, porque existe um José Lourenço.

Cirurgião mor da Guarda Nacional, Diretor da Instrução Pública, Lente de Francês no Liceu, foi agraciado com a Ordem de Cristo, no grau de Comendador, por serviços prestados à instrução pública.

Cipriano Barata, mau grado ter sido apontado como grande pasquineiro no seu tempo, era, na realidade, um destemido e valoroso jornalista, tendo exercido poderosa influência na vida política nacional, penetrando, com sua linguagem desabusada na admiração das massas, tanto assim que convocada a Constituinte Brasileira, foi ainda uma vez eleito deputado pela Bahia.

E, caso único e dos mais interessantes na história política do Brasil: relutando em viajar para o Rio de Janeiro, foi preso e embarcado à força, sob acusação de que "incitava as massas ínfimas da sociedade à anarquia e à desordem". Interessante ainda é saber os motivos que ditavam recusa tão intempestiva. E é o próprio Cipriano Barata quem os apresenta. Respondendo às constantes solicitações do Presidente da Assembléia Constituinte para que fosse assumir seu posto, explicou não estar em condições de fazê-lo pelas razões seguintes:

1. — Porque tenho opiniões livres que vão quase todas de encontro ao projeto de Constituição;
2. — Porque tenho inimigos na Assembléia;
3. — Porque a vejo cercada por 7 mil baionetas.
4. — Porque tenho sido ameaçado de morte;
5. — Porque, mesmo de Pernambuco, posso analisar o projeto constitucional.

Apesar de toda sua oposição, foi metido à força na sumaca "Triunfo", que, chegando ao Rio de Janeiro em 4 de dezembro de

1823, encontrou dissolvida a Assembléia, fato ocorrido em 12 de novembro, quando Pedro I, por meio de simples ofício ao Presidente da Constituinte, declarava "ter convocado aquela Assembléia a fim de salvar o Brasil dos perigos que estavam iminentes... mas que, havendo ela perjurado na defesa da Pátria e de sua dinastia, havia por bem dissolvê-la".

Perdendo as imunidades, foi Cipriano Barata trancafiado na Fortaleza de Santa Cruz, começando, então, para ele, uma sucessão de detenções até 1833, sendo considerado como o civil que conheceu maior número de prisões militares no Brasil. Nem por isso descoroçoava ou se humilhava. Antes, continuava a publicar a "Sentinela", apenas modificando o título com acréscimo das masmorras em que se achava detido. Assim é que, na história do jornalismo brasileiro, se encontram "Sentinelas" com as seguintes indicações: "Sentinela da Liberdade — hoje na Guarita do Quartel General de Pirajá, Bahia de Todos os Santos"; "Sentinela da Liberdade — na Guarita ao Norte da Barra de São Pedro do Sul"; "Sentinela da Liberdade — na Guarita de Pernambuco, atacada e presa na Fortaleza do Brum, por ordem da força armada reunida"; "Sentinela da Liberdade — hoje presa na Guarita da ilha das Cobras, em o Rio de Janeiro"; "Sentinela da Liberdade — na Guarita do Quartel General de Pirajá, mudada despoticamente para o Rio de Janeiro e de lá para o Forte do Mar da Bahia, depois para a Presiganga (prisão flutuante), logo para o Forte do Barbalho e de novo para o Forte do Mar, e, segunda vez, para a Presiganga, por fim para o Hospital, de onde bradou Alerta".

Essa peregrinação de Cipriano Barata pelas várias prisões militares do País, sem culpa formada e apenas para averiguações, que não terminaram nunca, pois foi posto em liberdade em 1833 por determinação do Supremo Tribunal de Justiça, fez dele um mártir da liberdade, um herói da imprensa, "o imortal Barata", como lhe chamou o jornal "O Novo Carioca", em edição de 2 de janeiro de 1834.

Depois de livre, foi Barata residir em Pernambuco, onde ainda fez ali circular a sua "Sentinela da Liberdade", de 1834 a 1835, quando encerrou definitivamente, em 2 de agosto desse ano, a sua agitada e trepidante vida de panfletário, recolhendo-se totalmente à vida privada, na humildade e na pobreza. Nesse ínterim, ainda foi indicado para Senador pela Paraíba, nos anos de 1833, 1834 e 1835, e por Minas Gerais, em 1834. Também foi seu nome lembrado para Regente do Império, ao lado de Manuel de Carvalho Pais de Andrade. Veio afinal a falecer na mais completa pobreza em Natal, Rio Grande do Norte, no dia 11 de julho de 1838, exercendo o magro emprego de professor de primeiras letras e linguas, além da profissão de farmacêutico e até de cirurgião.

Recordei essa vida agitada, sofredora e turbulenta de Cipriano Barata, de quem hoje ninguém se recorda e não é lembrado nem nos meios jornalisticos, para prestar pálida homenagem a um panfletário que tanto procurou realizar em favor da Democracia nascente no País. Apontado como agitador, subversivo, inimigo do Regime, conseguiu despertar na consciência dos brasileiros, ainda mal imbuídos do valor da Independência, sentimentos de amor à liberdade e respeito aos direitos da pessoa humana. Tanto assim que passou a ser considerado pelo povo em geral como "impertérrito campeão da liberdade", havendo a Junta Governativa do Ceará, em 31 de março de 1824, visto nele "um ídolo do povo brasileiro".

O próprio Governo Imperial, por decreto de dezembro de 1822, lhe concedeu o mais alto grau da Ordem do Cruzeiro, em reconhecimento dos serviços prestados à Independencia, embora o jornal "Semanário Cívico", dirigido por portugueses, em Salvador, estranhasse fosse concedida tão alta distinção "ao **sansculotte** Barata".

A influência que esse homem exerceu no Brasil, antes da Independência e depois dela foi a de um patriota destemido. O "Jornal do Comércio", do Rio, surgido em 1 de outubro de 1827, ainda hoje circulando, com a autoridade de veterano da imprensa brasileira, registrando a morte de Cipriano Barata, em seu número de 1 de setembro de 1838, disse que "este ancião, depois de vida tempestuosa, por amor da liberdade, veio, no ocaso de sua existência, a adquirir essa profícua experiência que melhor se adquire quando, como ele, se experimentam incômodos e se conhece bem a política e os homens". E afirmava que "ele sempre se mostrara campeão nas fileiras dos agitadores liberais e veio a ser um dos maiores e mais acérrimos defensores da ordem e da integridade no Império..

O Barão Homem de Melo viu em Cipriano uma "alma ardente e apaixonada pela liberdade".

Não se pode deixar de reconhecer na atividade jornalística do Diretor da "Sentinela da Liberdade" um fator preponderante de galvanização da consciência nacional. Sua capacidade combativa repercutiu na nacionalidade em formação. Seus ímpetos reacionários contra o estado de coisas, que mantinha o País recémcriado no âmbito do tradicionalismo político lusitano, abalaram as mentalidades jovens e promoveram uma agitação criadora. Da nacionalidade em transe dispersivo, amorfa, em estado quase líquido, esperando continentes que lhe dessem conteúdo, sem elementos ainda provocadores de condensação, passou o País, impelido pelos acicates panfletários do insubmisso agitador baiano, a coordenar esforços para a unificação dos ideais que acabariam plasmando a consciência nacional.

A prova de que a penetração das ousadas investidas de Cipriano Barata atingia o País, de Norte a Sul, vamos encontrar na pro-

longada adoção do título do seu jornal em numerosas publicações brasileiras, no período que vai de 1823 a 1889. Assim é que vemos periódicos com a denominação de "Sentinela" aparecerem no Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, no decurso de 75 anos.

Disse Fernando Azevedo que, no Brasil, a imprensa precedeu, na influência sobre o espírito público, a eloquência parlamentar, e foi o leito profundo e ramificado, como uma rede potâmica, para que se canalizou a torrente impetuosa das paixões. Era pelo jornal que se iniciava e fortalecia a carreira política, e raros foram os homens públicos que conseguiram subtrair-se à sedução do jornalismo, a maior arma de combate desde as lutas da Independência e no primeiro Império.

É certo que, pela sua própria função, o jornalista assume aspectos de estrela cadente. Tem seus momentos de brilho esplendente, mas, passadas as refregas em que se mete ou que provoca, volta às trevas de onde surgiu e se se fala em seu nome, quando se fala é mais como o de um agitador do que de um construtor.

Cipriano Barata é bem um exemplo dessa força poderosa mas limitada do homem de imprensa. Surgiu do anonimato, brilhou nas refregas de que se fez arauto ou fautor e morreu só e triste numa terra que não era sua e no meio de gente que não lhe conhecia as glórias. E por isso hoje, quando se fala em Cipriano Barata, a pergunta geral é uma sò: Quem era ele?